

Progressos na Nova Aliança? Só com apoio aos pequenos produtores agrícolas

Apelo das Organizações da Sociedade Civil dos Países do G7 aos seus Governos sobre a Nova Aliança para a Segurança Alimentar e a Nutrição em África

Mais de dois anos depois do lançamento, na Cimeira do G8, da Nova Aliança para a Segurança Alimentar e a Nutrição, os ‘progressos’ feitos não mudam a nossa avaliação de que a Nova Aliança atualmente afeta a segurança alimentar, a nutrição e o cumprimento progressivo do direito à alimentação em África. A primeira investigação de terreno revela um fosso impressionante entre a retórica sobre o desenvolvimento e os seus impactos. Não há sinais de que a Nova Aliança esteja a tirar da pobreza¹ as populações africanas, mas a promessa de “desencadear o poder do setor privado”² está a ser visivelmente respeitada. Embora a Nova Aliança, retoricamente, faça referência ao Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), nós vemos claramente que o processo e os recursos do CAADP dirigidos aos benefícios dos pequenos produtores agrícolas estão a ser ignorados.

Quando a Nova Aliança foi instituída nos EUA, em Camp David, em 2012, tornou-se imediatamente óbvio que a iniciativa serve, essencialmente, para permitir que as empresas privadas influenciem a política agrícola, de forma a promover os seus próprios interesses. As empresas privadas estão a pressionar os governos africanos a adotar reformas nas políticas internas que irão facilitar os investimentos das grandes empresas na agricultura e discriminar aqueles que atualmente estão a fazer a maioria dos investimentos, nomeadamente os próprios pequenos produtores agrícolas.

Estas profundas mudanças legislativas e políticas ameaçam o controlo que os pequenos produtores agrícolas têm sobre a terra e as sementes, marginalizam os mercados locais, provocam perda de biodiversidade e infertilidade dos solos, em detrimento das condições de vida das comunidades locais. Elas vão agravar os futuros choques climáticos e económicos junto dos pequenos produtores agrícolas, em vez de construir a sua resiliência para enfrentarem esses choques. Elas estão a ser feitas sem debate nacional, comprometendo assim as estruturas democráticas.

A falta de transparência da Nova Aliança – onde o doador e os compromissos e execuções corporativas são, conforme o Relatório de Progresso 2013-2014, relatadas apenas de forma sumária – torna extremamente difícil à sociedade civil ter uma visão global da execução da Nova Aliança.³ Não obstante, os primeiros casos concretos indicam que a Nova Aliança está longe de servir como uma ferramenta efetiva de apoio aos pequenos produtores agrícolas. Por exemplo:

- No Burkina Faso, o compromisso de desenvolver e reabilitar terras irrigadas no Projeto Pólo de Crescimento de Bagré está principalmente reservado a investidores agrícolas de larga escala, com apenas 22% (2790 ha) da terra disponível para pequenos produtores agrícolas. Normalmente, estes agricultores apenas beneficiam de 1 a 4 ha de terra, com praticamente nenhuma oportunidade de expansão.⁴

¹ Feed the Future, 2012: *Five Questions about the New Alliance for Food Security and Nutrition*, <http://feedthefuture.gov/article/five-questions-about-new-alliance-food-security-and-nutrition>

² Cameron, David, 2012: „A G8 Meeting that goes back to first principles, www.euobserver.com/opinion/118265

³ G8 New Alliance for Food Security and Nutrition, Progress Report 2013-14, http://newalliance.org/sites/default/files/resources/072814_NewAlliance_FinalC_508.pdf

⁴ Oxfam 2014, *For Whose Benefit? The G8 New Alliance for Food Security and Nutrition in Burkina Faso*. www.oxfam.org/en/grow/policy/whose-benefit

- No Malawi, a ampliação dos investimentos no tabaco por companhias multinacionais é apresentada como um contributo para a segurança alimentar e o compromisso de melhorar o acesso à terra tem sido implementado graças a 200.000 ha de terra disponível para os agrocombustíveis;⁵ Entretanto, há a necessidade de adotar o Tenacy Labour Bill como um instrumento central para assegurar o mínimo de locatários e os direitos dos trabalhadores têm sido ignorados no quadro do acordo de cooperação.⁶
- Na Tanzânia e em Moçambique vai ser introduzida uma nova lei das sementes que irá criminalizar no futuro a troca de sementes de agricultor para agricultor. Noutros países, como o Gana e o Malawi, estão em curso processos similares.⁷

Esta evidência apoia a nossa análise de que a Nova Aliança marginaliza os sistemas alimentares dos pequenos produtores agrícolas, sustentáveis e diversos, que oferecem um potencial real para a segurança alimentar e a nutrição em África. Em vez disto, a Nova Aliança promove abordagens ambientalmente nocivas à agricultura, que consolidam o poder corporativo. Por isso, pedimos-vos para reverem o vosso compromisso na Nova Aliança e pedimos que tomem as seguintes medidas:

1. Parar qualquer mudança legislativa e política ilegal que facilite investimentos agrícolas em grande escala, que impedem os pequenos produtores agrícolas de terem capacidade para guardar, trocar e vender as suas sementes.
2. Parar qualquer expansão da Nova Aliança. Não desenvolver mais acordos-quadro de cooperação.
3. Rever os projetos existentes e os indicadores de reforma política, com um forte envolvimento das populações mais afetadas, e retirar aqueles que não promovem o direito à alimentação nem os direitos de propriedade de mulheres e comunidades ou que priorizam os interesses comerciais sobre as populações vulneráveis e o ambiente.
4. Tornar imediatamente públicas as cartas de intenção das empresas que participam na Nova Aliança, de forma a permitir um debate público legítimo sobre os impactos esperados e a avaliação da Nova Aliança.
5. Apoiar os investimentos dos pequenos produtores agrícolas como recomendado pelo Comité Mundial de Segurança Alimentar, colocando as mulheres, os pequenos produtores agrícolas e outros grupos marginalizados no centro da futura estratégia e projeto para a segurança alimentar e a nutrição em África; garantir que os direitos humanos são respeitados e as avaliações sobre os impactos ambientais são realizadas, de forma a assegurar que apenas avançam os projetos que não produzam impactos negativos na defesa dos direitos humanos e no ambiente.
6. Apoiar a adoção de práticas agroecológicas realizadas por pequenos produtores agrícolas, de forma a construir a sua resiliência através de: investigação participativa em agroecologia; disseminação de conhecimento sobre agricultura biológica através de redes agricultor a agricultor; e capacitação institucional em serviços de divulgação, de forma a aconselhar os agricultores sobre como praticar agricultura biológica.

19 Setembro 2014

⁵ Governo do Malawi, *G8 New Alliance for Food Security and Nutrition: Malawi: 2014 Annual Progress Report*.

⁶ De Schutter, Olivier, 2013: Mandate of the Special Rapporteur on the Right to Food. Mission to Malawi from 12 to 22 July 2013, End of Mission Statement.

http://www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20130722_Malawi_en.pdf

⁷ See for instance: Tanzanian Civil Society Statement on Farmer's Rights 22 March 2013, <http://www.ip-watch.org/weblog/wp-content/uploads/2013/03/UPOV-Tanzania-CSO-Statement-1.pdf>; see also: African Center for Biosafety, 2013, Slavishly following UPOV 1991. A critique of Mozambique's Plant Variety Protection Law, <http://www.acbio.org.za/index.php/publications/seedfood-sovereignty/459-slavishly-following-upov-1991>

SUBSCRITORES

GERMANY

Misereor
Pesticide Action Network
FIAN Germany
INKOTA-netzwerk
Agrar Koordination
Global Policy Forum
Seeds Action Network
German watch
German NGO Forum Environment & Development
Brot für die Welt - Evangelischer Entwicklungsdienst

UK

UK Food Group
The permaculture association
World Development Movement
Find Your Feet
Farms Not Factories
War on Want
FIAN group UK
Concern Universal
Pesticide Action Network
Send a Cow

ITALY

Terra Nuova
FIRAB (Fondazione Italiana per la Ricerca in Agricoltura Biologica e Biodinamica)
Crocevia
Con.Pro.Bio
SOLIDARIETA' E COOPERAZIONE CIPSI.
Comitato Italiano per la Sovranità Alimentare
La Gabbianella Coordinamento per il Sostegno a distanza onlus
CEFA – Il seme della solidarietà
SOLIDAUNIA ONLUS-LA DAUNIA PER IL MONDO
Centro Mondialità Sviluppo Reciproco (CMSR)
Forum Permanente delle Associazioni di sostegno a distanza (ForumSad)
CNCA
M.A.I.S
COSPE
ACU-Associazione Consumatori Utenti
Focsiv
Rete Cibopertutti -Kumida
COCIS - Coordinamento delle Organizzazioni non governative per la Cooperazione Internazionale allo Sviluppo
Fondazione Slow Food per la Biodiversità Onlus
FORUM DEL TERZO SETTORE DEL LAZIO E RETE DELLE FATTORIE SOCIALI

FRANCE

CCFD-Terre Solidaire

Action contre la faim France
Peuples Solidaires - Action Aid France
Avocats et vétérinaires sans frontières (AVSF)
Survie
Collectif pour la défense des terres malgaches - TANY
Artisans du monde - France
Centre de Recherches et d'Appui pour les Alternatives de Développement - Ocean Indien
Solidarité
FIAN France

USA

Oakland Institute
Institute for Agriculture and Trade Policy
Maryknoll Office for Global Concerns
PLANT
The Second Chance Fd
Global Policy Forum
Food First
CAGJ

CANADA

Union Paysanne
National Farmers Union

JAPAN

Africa Japan Forum
No to land grab
GCAP Japan
Japan International Volunteer Center (JVC)
Mura-Machi Net", Network between Village and Town"

EU

EuropAfrica
Corporate Europe Observatory
Africa Europe Faith & Justice Network

NETHERLANDS

Transnational Institute

AUSTRIA

FIAN Austria
Arche Noa

BELGIUM

Entraide et Fraternité
Broederlijk Delen
Pan-Africanist International
SOS Faim
FIAN Belgium
CNCD-11.11.11

NORWAY

FIAN Norway

SWEDEN

FIAN Sweden

Afrikagrupperna

SWITZERLAND Fastenopfer

PORTUGAL FEC - Fundação Fé e Cooperação
AIDGLOBAL - Action and Integration for Global Development
FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

SPAIN Manos Unidas

INTERNATIONAL ActionAid International
Greenpeace international
FIMARC
FIAN International
CIDSE
ACF International
